

A COLECÇÃO DE ARTE SACRA DA IGREJA DO CARMO NA HORTA

Ágata Biga

Doutoranda em História da Arte na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa
agatabiga@gmail.com

RESUMO

A presente comunicação analisa o percurso da colecção de arte sacra da Igreja do Carmo da Horta (séculos XVII-XVIII), Faial, desde a lei de extinção das ordens religiosas, estudo que resulta da análise de três inventários realizados entre 1834 e 2010. De ressaltar que, no núcleo de escultura, as peças pertencentes aos retábulos permaneceram relacionadas com o seu contexto original. De ressaltar também que, através da inventariação desta colecção, em 2010 foi possível localizar peças consideradas em localização desconhecida ou perdidas. A colecção de arte sacra da Igreja do Carmo na Horta constitui um conjunto com unidade estilística e cronológica, que importa restituir ao seu contexto original.

PALAVRAS-CHAVE

Arte Sacra | Igreja do Carmo | Açores | Extinção das Ordens Religiosas | Inventário

ABSTRACT

This presentation analyses the path of the sacred art collection of Carmo Church in Horta (XVII-XVIII centuries), Faial, since the abolishment of the religious orders. This study results from the analysis of three inventories carried out between 1834 and 2010. It is relevant that, in the sculpture nucleus, the items belonging to altars remained related to their original context. It is also to be noted that, with the inventorying of this collection in 2010, it was possible to locate items considered in unknown location or lost. The sacred art collection of Carmo Church in Horta constitutes an ensemble of stylistic and chronological unity, and its restitution to the original context is important.

KEYWORDS

Sacred Art | Carmo Church | Açores | Extinction of the Religious Orders | Inventory

O CONVENTO DO CARMO NO FAIAL

A Ordem do Carmo surgiu na Palestina, provavelmente no século XII, e estendeu-se à Europa e a Portugal no século XIII. Com a expansão portuguesa no Brasil, foram fundados ali diversos conventos carmelitas entre 1583 e 1596 (LOURENÇO 2000-2001: 295). Construído entre os séculos XVII-XVIII, o Convento do Carmo no Faial¹ foi o primeiro templo carmelita português fundado fora do território continental, concebido para apoiar os religiosos que se dirigiam aos territórios ultramarinos, particularmente ao Brasil. A Ordem perdeu progressivamente importância, em particular após o terramoto de 1755. Com a extinção das ordens religiosas em 1834, o edifício do encerrado Convento Carmelita do Faial passou da Ordem Primeira do Carmo para a propriedade do Estado, sendo desde o século XIX reutilizado como quartel e, desde 2008, como local de armazenamento e sala de ensaios para entidades musicais da ilha. Quanto à

igreja, não tendo sido expropriada, a sua propriedade passou para a Ordem Terceira do Carmo², situação que se mantém no presente. Igreja e convento não se encontram classificados e estão encerrados ao culto e à comunidade há décadas, tendo na primeira década do século XXI sido alvo de obras, não concluídas, de resgate e consolidação da estrutura.

A Igreja do Carmo apresenta características da arquitectura carmelita portuguesa do mesmo período: austeridade e simplicidade, tanto na construção como na decoração das fachadas, que apresentam remate em frontão triangular, brasão da Ordem e três arcos de entrada; planta em cruz latina, de nave única coberta por abóbada de canhão (para a qual, na Igreja do Carmo da Horta, abrem janelas de sacada sobre as janelas laterais), e capelas laterais, inclusive no transepto.

TRÊS SÉCULOS, TRÊS INVENTÁRIOS – DE 1832 A 2010

A colecção de arte sacra da Igreja do Carmo da Horta foi inventariada em três ocasiões diferentes nos últimos séculos, e por razões diversas. No século XIX, aquando do processo de extinção, o património do convento e igreja foi listado por duas vezes, em 1832 e em 1834³, com o objectivo de passar para a propriedade do Estado. As duas listas encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁴ e constam do

seguinte: o inventário de 1832 encontra-se dividido em 3 partes, “Vasos Sagrados” (ourivesaria e alfaias litúrgicas), “Ornamentos mais Alfaias” (paramentos, panejamentos, missais, castiçais e estantes) e “Imagens” (onde se listam as esculturas sem contudo as descrever). O inventário de 1834⁵ encontra-se também dividido em três partes, a primeira dedicada à categoria de itens de prata, a segunda a mobiliário e, em parágrafo final

1. Instituto Açoriano de Cultura (s.d.) – *Inventário do Património Imóvel dos Açores; Horta*. Açores: Direcção Regional da Cultura, Ficha n.º 149 – Igreja do Carmo, actual. 7 Mar. 2006 [Em linha]. Disponível em http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta_fichas/71_11_149.html. Consulta a 03 fevereiro 2014.
2. Através de portaria de 7 de Junho de 1836, obtida pelo futuro duque de Ávila, António de Ávila (segundo MACEDO, António Lourenço da Silveira (1981) – *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*. Angra do Heroísmo: Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais. 3 vols. edição fac-similada da edição de 1871, p. 139.
3. O processo de extinção das ordens religiosas teve início nos Açores, em Maio de 1832, por decreto da Regência (segundo António de Jesus Lourenço; *op. cit.*, p. 295), antes de ser estendido por lei ao território nacional. Para o inventário da Igreja do Carmo foram realizadas duas listas, que se encontram no *Processo de Extinção do Convento do Carmo da Horta*, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A primeira encontra-se na cópia dos Autos de Inventário, realizados em 1832 e intitulados “Inventário dos vasos sagrados e alfaias pertencentes ao culto divino da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta vila da Horta do Faial”, na p. 55 ss. (Baptista). A segunda encontra-se no Termo de Depósito a que se procedeu em 1834, intitulado “Móveis possuídos em comércio e não inventariados no inventário a que se procedeu em 17 de Setembro de 1832”, na p. 8 ss. (Baptista). Por se tratar de duas acções realizadas sob o mesmo processo, optei por considerar a segunda lista como complemento da primeira, referindo-me a um único inventário.
4. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Processo de extinção do Convento do Carmo*, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Convento do Carmo da Horta, Conventos Extintos, caixa 2266.
5. As listas completas podem ser consultadas em: BIGA, Ágata (2010) – *A Igreja do Carmo; Património da Cidade da Horta*. Dissertação de mestrado, pp. 144-145. Disponível em < <http://hdl.handle.net/10400.2/1683>>. Consulta a 09 dezembro 2013.

separado, encontra-se o termo de depósito da livraria, que é referida mas infelizmente não é inventariada. Estas duas listas do século XIX fornecem muito pouca informação sobre as peças, que são apenas nomeadas, sem descrições e totalmente carentes de detalhe; as referências às dimensões, quando existem, são limitadas a expressões como “grande” ou “pequeno”; e, naturalmente, não existe qualquer registo de imagem, tornando praticamente impossível uma identificação, hoje, entre peças semelhantes. No total, informam sobre a existência de 340 peças na colecção.

No final do século XX, por motivo de intervenção no edifício com vista a obras de recuperação, foi necessário remover parte do património integrado da igreja para local seguro. Nesse contexto, o Museu da Horta realizou em 1993 um inventário sumário das peças removidas, ao qual gentilmente me foi concedido acesso, e que totaliza 225 peças. Por terem permanecido no edifício da igreja, não foram inventariados os altares. Também o núcleo de paramentos não consta, bem como a livraria, desconhecendo-se na altura o seu paradeiro. E no século XXI foi por mim realizado o terceiro inventário, no âmbito da dissertação de mestrado por mim defendida em 2010 (BIGA 2010), com o objectivo de

ficar a conhecer a colecção na sua dimensão, âmbito cronológico (sécs. XVI a XX), núcleos de localização conhecida e desconhecida (escultura [esculturas de vulto e de roca, Cristos Crucificados, Crucifixos, sacrário], ourivesaria, mobiliário, retábulos e paramentos), estado geral de conservação e evolução ao longo do tempo. Este inventário conjugou informações dos dois anteriores bem como novos dados decorrentes de visitas que pude efectuar a um dos locais de armazenagem “temporária” das peças, e totaliza 160 peças, mantendo-se as ausências dos paramentos e da livraria, mas considerando todo o património integrado e não apenas as peças removidas em 1993.

A conclusão evidente e de lamentar é que, na evolução da colecção ao longo deste período e dada a dispersão por diversos locais e de muitas peças se encontrarem em localização desconhecida, se perdeu grande parte do espólio. As peças que chegaram ao presente constituem apenas uma parte da colecção, existindo actualmente apenas os núcleos de escultura, ourivesaria e mobiliário. De 340 peças em 1834, são listadas 225 em 1993 e apenas 160 em 2010, o que representa 47% do espólio inicial, havendo a registar o desaparecimento de núcleos completos, como no caso dos paramentos, documentação e livraria.

OS VÁRIOS NÚCLEOS DA COLECÇÃO

ESCULTURA (39 PEÇAS)

O núcleo de escultura, composto por 39 peças dos séculos XVII a XIX, é aquele em que se verificam menos perdas, de 22 peças em 1834, para 42 em 1993 e 39 em 2010. O aumento do número de peças do século XIX para o século XX deve-se a inicialmente não terem sido listadas diversas imagens de vulto e de roca, por razão desconhecida, visto algumas serem referidas na bibliografia consultada, e datarem do século XVIII. Simultaneamente, não constam da lista de 1993 duas peças da lista de 1834, um São Eliseu e um crucifixo pequeno, peças que também não surgem em qualquer referência bibliográfica ou de arquivo. Uma nota positiva foi, durante o trabalho de inventariação em 2010, ter identificado algumas peças que se consideravam em localização desconhecida, nomeadamente

o *Menino Jesus criança* pertencente ao retábulo da *Sagrada Família*, escultura de vulto do século XVIII. Das 39 peças, de diversas tipologias, 33 estão em razoáveis condições de conservação, 2 em bom e 4 em mau estado de conservação. 31 peças datam dos séculos XVIII/XIX, intervalo temporal que corresponde ao que Francisco E. O. Martins definiu para a arte açoriana como Período Brasileiro (MARTINS 1983: 270), incluindo-se o núcleo de escultura da Igreja do Carmo nas características dos períodos Barroco Jesuítico – 1650/1760, com centro de irradiação nas igrejas jesuíticas açorianas, e Barroco Decorativo – 1760/1830, com irradiação nas igrejas franciscanas açorianas, que se distingue do anterior principalmente pelo maior movimento das peças.

Quanto às tipologias, o conjunto pode ser dividido em: *esculturas de vulto* – 18 peças, maioritariamente

do séc. XVIII, possivelmente de produção terceirense, conjunto bastante uniforme, de peças provenientes dos retábulos da igreja e imagens da Paixão; *imagens de roca* — 10 peças singelas, maioritariamente do séc. XVIII/XIX e possivelmente também de produção terceirense; *Cristos Crucificados* — conjunto de 6 peças, provenientes dos altares da igreja e do conjunto da Paixão, maioritariamente do século XVIII, algumas de carácter indo-português; *crucifixos* — 4 peças bastante diferentes entre si (1 cruz relicário, 2 cruzeiros do Triunfo e 1 cruz processional) dos séculos XVII a XIX, sendo a peça mais antiga a cruz relicário, que se encontra no Museu da Horta e é a única representante (de localização conhecida) do culto das relíquias no espólio da Igreja do Carmo; e 1 *sacrário* — microarquitectura em formato de templete de planta centralizada e coberta por abóbada, tipologicamente do século XVII mas que poderá ser do século XVIII, cronologia da Capela do Santíssimo Sacramento, a que pertence e onde se encontra. Actualmente, todas as peças de vulto, de roca e os Cristos Crucificados se encontram na Igreja Matriz da Horta.

Em termos iconográficos, os temas mais significativos na colecção são: o culto de Nossa Senhora (6 peças) e a Sagrada Família (com o Menino Jesus representado como uma criança pequena, e incluindo a Virgem, São José, Santa Ana e São Joaquim), temas caros à Ordem do Carmo; a Paixão de Cristo; e os temas hagiográficos da ordem do Carmo (Beato Nuno Álvares Pereira, São Francisco de Paula, São Simão Stock, Santa Eufrosina, Santo Alberto e Santa Madalena de Pazi).

OURIVESARIA (45 ITENS, 58 PEÇAS)

O núcleo de ourivesaria contava 88 peças em 1834, 66 peças em 1993 e 58 em 2010. O volume das perdas deste núcleo aumenta quando se considera que, tanto em 1834 como em 1993, os resplendores e coroas das imagens surgem inventariados apenas em conjunto no núcleo de escultura; a constarem do núcleo de ourivesaria, aumentaria a proporção de itens desaparecidos em 2010. Entre as perdas constam peças relevantes pelo seu significado litúrgico, entre elas um porta-paz, um ostensório, uma píxide, um turíbulo, oito cálices (alguns com patena e colher) um lampadário e uma cruz de prata, e constam também outras peças, nomeadamente um jarro de prata com

brasão de armas de António de Brum (MACEDO 1981: 135), que surge somente na lista do século XIX.

No seu conjunto, o núcleo encontra em razoáveis condições de conservação (particularmente tendo em conta as condições de acondicionamento das últimas décadas, havendo a registar apenas uma peça em mau estado, um castiçal do séc. XVII), e encontram-se divididas por três locais: 45 na Igreja Matriz da Horta, 12 no Museu da Horta e 1 no armazém nas Angústias. São na sua maioria dos séculos XVII e XVIII e abrangem diversas tipologias: coroas (todas elas de rainha, fechadas), resplendores (sol, lua e sol/lua), custódia, lâmpada suspensa, cruz de altar, purificador, turíbulo, naveta com colher, píxide, patenas, castiçais e uma sacra, com uma tripla inscrição, em hebraico antigo (derivação do aramaico de que não obteve transcrição), em grego («IH SOUS TWN NAZARIAWN BASILEUS TWN IOYDAIWN») e em latim («JESUS NAZARENUS REX IUDAEORUM»), significando “JESUS NAZARENO REI DOS JUDEUS”, invocando o letrado que, segundo o Evangelho de São João, Pilatos teria escrito e colocado sobre a cruz de Jesus.

O costume de se coroar as imagens de Nossa Senhora, particularmente presente na época da Contra-Reforma (FALCÃO 1999: 107), está bem representado no espólio da Igreja do Carmo. De todas as imagens da Virgem apenas a Senhora da Soledade é ornamentada com um resplendor, de estrelas. Ainda de salientar é o facto de três das coroas ornamentarem não as imagens de Nossa Senhora, mas do Menino Jesus ao colo. Os temas decorativos predominantes são os raios lanceolados, as ramagens, flores, espigas, os CC ou *ferronneries*, as estrelas (símbolo do Céu e de Deus), a pomba (símbolo do Paráclito, «(...) frequente nas coroas de imagens de Nossa Senhora, especialmente no século XVIII (...))» (FALCÃO 2003:138), o globo (símbolo do mundo), as formas gomadas, as conchas e a incrustação de pedras coloridas, formas, segundo Francisco E. O. Martins, frequentes na decoração da ourivesaria açoriana até ao final do século XVIII (MARTINS 1990: 50).

MOBILIÁRIO (15 ITENS, 56 PEÇAS)

O núcleo de mobiliário, aquele em que se registam as maiores perdas, passou de 97 peças em 1834, para

117 em 1993 e 56 em 2010. A diferença entre as listas do século XIX e do século XX prende-se com a primeira não ter incluído as jarras e os tocheiros, peças que a terem sido incluídas aumentariam o volume das perdas. Outra perda, significativa, consiste nos três missais listados em 1834 que já não constam em 1993. Também de referir que em 2010 foram listadas peças não consideradas nas duas listas anteriores, um cadeiral, uma grade de capela, dois sinos e uma pequena caixa lacada. Finalmente o órgão, listado no século XIX (com a indicação de “muito inferior”), e que segundo António Macedo foi encomendado pela Ordem Terceira em 1854 (MACEDO 1981: 139), não foi inventariado no século XX. As peças datam dos séculos XVIII (a maioria) e XIX e encontram-se na generalidade em estado razoável de conservação.

RETÁBULOS (7 PEÇAS)

Núcleo de qualidade e cronologia relativamente uniforme, não listado nos inventários dos séculos XIX e XX apesar de as peças existirem, demonstrando a alteração do conceito de património. O altar mais antigo (Capela do Santíssimo Sacramento) pertence ao período Barroco Joanino, sendo os restantes do período Rococó. Dos 7 retábulos, permanecem na igreja os 3 retábulos das Capelas laterais sul e os 2 retábulos das Capelas laterais norte (embora danificados por causas várias), encontrando-se armazenados na Igreja Matriz da Horta o retábulo da Capela-mor, desde a intervenção de 1999, e o retábulo da Capela da Ordem Terceira, desde 2010.

PEÇAS DE LOCALIZAÇÃO DESCONHECIDA (324 PEÇAS)

Partindo de documentação de 1993 com fotografias, foi-me possível listar e descrever as 13 peças (12 itens), distribuídas cronologicamente pelos séculos XVII a XIX, na expectativa de uma posterior localização e identificação: no núcleo de escultura, 4 peças — 1 escultura de vulto; 1 de roca; 1 imagem de Cristo na Cruz da Capela de Santo Alberto; 1 cálice de madeira. De referir ainda que os dois meninos das imagens de roca representando Senhoras do Carmo com o

Menino se encontram em localização desconhecida. No núcleo de ourivesaria, 8 peças — 1 resplendor-lua; 1 resplendor-sol; 1 arqueta / cofre relicário; 1 relicário; 1 caldeirinha com hissope; 2 cálices; um par de castiçais.

Partindo de documentação de 1993 sem fotografias (logo, de mais difícil posterior localização e identificação), foi-me possível listar 311 peças: escultura — 2 peças (1 de vulto, 1 de roca); ourivesaria — 54 peças (2 lampadários, 1 resplendor-sol, 1 vaso para lavatório; 1 turíbulo; 1 cruz; 1 jarro; 1 prato; e 46 castiçais); mobiliário: 122 peças (9 tocheiros, 18 castiçais, 2 selos, 1 placa de reprodução de gravura, 1 zinco-gravura, 1 medalha [a única peça datada, 1981]; 2 espelhos; 2 mesas; 4 cadeiras; 6 bancos; 1 pequeno sino; 12 pipas; 4 estantes; 3 missais; e 56 jarras); e paramentos — 133 peças. O núcleo dos paramentos, bastante volumoso no século XIX, considera-se totalmente desaparecido, bem como o núcleo da livreria, cuja dimensão exacta no século XIX é desconhecido, por ter sido apenas feita menção à sua existência, sem mais informações, no inventário de 1834. Para estes dois núcleos, em que se verificam as maiores perdas, o que poderá dever-se à fragilidade da sua natureza, não encontrei referências bibliográficas ou de arquivo. Quanto a um núcleo de pintura, do qual tive notícia oralmente aquando do início do trabalho de inventariação, não encontrei peça alguma, nem qualquer referência bibliográfica ou de arquivo, pelo que não me foi possível comprovar a sua existência.

REFLEXÕES

Procurando contribuir para o entendimento geral do património açoriano no rescaldo da extinção das ordens religiosas, a maior dificuldade para a realização do estudo desta colecção prendeu-se com a falta de documentação específica, desconhecendo-se o paradeiro do arquivo da igreja e não me tendo sido possível realizar uma pesquisa nos arquivos centrais da Ordem do Carmo ou nos arquivos da irmandade da Ordem Terceira do Carmo no Faial, por razões de indisponibilidade de tempo e geográfica, bem como também não coube neste estudo uma investigação acerca da livraria do Convento. Essas condicionantes, aliadas à especificidade da situação das ilhas no contexto português (quer pela distância aos centros europeus, quer pelo conservadorismo de gosto que levou certos modelos a perdurar à margem dos modelos estéticos externos) (SERRÃO 2003: 9), levantou dificuldades particulares na questão da datação das peças. Desta forma, e considerando ainda que o objectivo do trabalho de inventariação se prendeu com a reunião e a identificação do espólio, optei por avançar uma datação genérica para as peças, esperando que estudos posteriores possam vir a completar este trabalho. Gostaria de referir a importância do Monsenhor Júlio da Rosa (1924-), responsável pela Igreja do Carmo durante três décadas como Reitor da igreja e Comissário da Ordem Terceira Carmelita no Faial, para a sobrevivência desta colecção; a inventariação e análise da sua documentação como colecionador faialense do século XX contribuiriam certamente com novas informações para este âmbito.

Outra dificuldade prendeu-se com o acesso aos locais onde se foram armazenando partes da colecção, o que no entanto permite a esperança de outras peças poderem no futuro ser localizadas. De ressaltar que, embora permaneçam peças por localizar, através da inventariação desta colecção foi possível localizar peças consideradas em localização desconhecida ou perdidas. A decisão de inserir no inventário as peças de localização desconhecida prende-se com deixar pistas para futuras localizações e identificações, contribuindo para combater a *dimensão de precariedade*⁶ que incide sobre este património, bem como para o conhecimento

da globalidade da colecção ao longo do tempo. De ressaltar que, no núcleo de escultura, as peças pertencentes aos retábulos da igreja permaneceram relacionadas com o seu contexto original, sendo neste caso possível identificar relações e realizar leituras de conjunto retábulo/imaginária, e ainda que esta colecção de arte sacra constitui um conjunto com unidade estilística e cronológica, pelo que o retorno ao seu contexto permitir-lhe-ia retomar na íntegra o seu significado original.

Esta situação de dispersão não é, infelizmente, exclusiva da Igreja do Carmo. Os conventos da Horta foram demolidos (o Convento de Santa Clara, conhecido como Convento de São João, e o Convento da Glória), ou reutilizados com funções diversas (o Convento do Carmo, primeiro como quartel, hoje como local de ensaios e de armazenamento; o Convento de São Francisco como lar para a terceira idade, propriedade da Misericórdia; o Convento ou Colégio dos Jesuítas, como museu da cidade e câmara municipal). O seu espólio foi em grande parte perdido ou encontra-se disperso. As preocupações quanto à salvaguarda deste património são agravadas pelo clima açoriano, desfavorável à preservação de património material de qualquer tipo, pelas condições de armazenamento das peças, associadas ao problema das térmitas detectado na cidade, a que se junta o impasse em que permanecem as intervenções de manutenção nos imóveis, quer da Igreja do Carmo, quer da Igreja de São Francisco. Desde 2010 está a ser feito um esforço de reunião em local de segurança e salubridade no que respeita à colecção de arte sacra do Carmo, e foram realizadas intervenções de manutenção de carácter urgente no edifício, inclusive em 2012 com o apoio da Direcção Regional da Cultura.

Neste contexto, abordei em 2010 uma proposta de nova função a atribuir à igreja: a sua reutilização como museu de arte sacra do Faial, equipamento até hoje sem instalações adequadas. Porque a sustentabilidade do património implica não só a sua valorização e salvaguarda mas também a sua fruição. E porque é importante manter o património integrado no seu local

6. De acordo com o conceito de cripto-história de arte desenvolvido por SERRÃO, Vítor (2001) – *A Cripto-História da Arte; Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Livros Horizonte: Lisboa. p. 11 ss.

de origem, preservar a sua relação com o contexto e a ligação à comunidade, assim potenciando a sua salvaguarda e a do edifício. A colecção de arte sacra da Igreja do Carmo na Horta constitui um conjunto com

unidade estilística e cronológica, que importa restituir ao seu contexto original estando reunidas as condições para tal, permanecendo actualmente desintegrado o património integrado do Carmo no Faial.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Processo de extinção do Convento do Carmo*, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Convento do Carmo da Horta, Conventos Extintos, caixa 2266.

BIBLIOGRAFIA

BIGA, Ágata – *A Igreja do Carmo; Património da Cidade da Horta*. Dissertação de mestrado, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/1683>. Consulta a 09 Dezembro 2013.

FALCÃO, José António (dir.) – *As Formas do Espírito; arte sacra da Diocese de Beja*. Bela: Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2003.

FALCÃO, José António e REIDEL, Hermann (coord.) – *Rosa Mystica; Nossa Senhora na Arte do Sul de Portugal*. Catálogo da exposição. Regensburg: Schnell Steiner, 1999.

INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA – *Inventário do Património Imóvel dos Açores; Horta*. Direcção Regional da Cultura, Açores, s.d. Ficha n.º 149 – Igreja do Carmo, actual. 7 Mar. 2006. [Em linha]. Disponível em <http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta_fichas/71_11_149.html>. Consulta a 03 Fevereiro 2014.
LOURENÇO, António de Jesus – *Carmelitas (Ordem do Carmo)*. Dicionário de História Religiosa de Portugal. 1.º Vol. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001.

MACEDO, António Lourenço da Silveira – *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*. Angra do Heroísmo: Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981; edição fac-similada da edição de 1871, 1981, 3 vols.

MARTINS, Francisco E. de Oliveira – *Os Açores nas Rotas das Américas e da Prata*. Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, s.l.: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Delegação do Turismo da Ilha Terceira, 1990.

MARTINS, Francisco E. de Oliveira – *A Escultura nos Açores*. Angra do Heroísmo: Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1983.

SERRÃO, Vítor – *A Cripto-História da Arte; Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

____ – *História da Arte em Portugal; O Barroco*. Lisboa: Ed. Presença, 2003.